



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS – CCHE
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - ESPANHOL**

HERLEN CAMPOS PORTO

**PEDAGOGIA DA INCLUSÃO: UMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO
CONTINUADA PARA PROFESSORES E CUIDADORES EDUCACIONAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ**

**MONTEIRO
2019**

HERLEN CAMPOS PORTO

**PEDAGOGIA DA INCLUSÃO: UMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO
CONTINUADA PARA PROFESSORES E CUIDADORES EDUCACIONAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso Letras-espanhol da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Letras com habilitação em espanhol.

Orientadora: Lidiane Quirino Ramalho.

**MONTEIRO
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P839p Porto, Herlen Campos.
Pedagogia da inclusão [manuscrito] : uma perspectiva de formação continuada para professores e cuidadores educacionais da Educação Básica no município de Sumé / Herlen Campos Porto. - 2019.
35 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Espanhol) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas , 2019.
"Orientação : Profa. Esp. Lidiane Quirino Ramalho , Coordenação do Curso de Letras - CCHE."
1. Educação Básica. 2. Inclusão escolar. 3. Cuidador escolar. 4. Formação de professores (Educação especial). I.
Título

21. ed. CDD 371.9

HERLEN CAMPOS PORTO


PEDAGOGIA DA INCLUSÃO: UMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO
CONTINUADA PARA PROFESSORES E CUIDADORES EDUCACIONAIS DA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ


Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a Coordenação do Curso de
Letras da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciatura em
Letras com habilitação em espanhol.


Área de concentração: Educação
Inclusiva.

Aprovada em: 13/06/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Esp. Lidiane Quirino Ramalho (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Esp. Maria da Conceição Almeida Teixeira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Esp. Rogério Rodrigues de Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu pai Ednilson, minha mãe Maria,
meu irmão Hermes, minhas irmãs
Herlanne e Halanna, meu esposo Rafael e
a minha filha Ana Laura, DEDICO.

A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. (SKLIAR, 2011).

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 – Professores colaboradores | 22 |
| Gráfico 2 - Nível de formação dos professores | 23 |
| Gráfico 3 - Questões relacionadas à inclusão | 23 |

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 7 |
| 2. O CONCEITO DE INCLUSÃO AO LONGO DA HISTÓRIA..... | 8 |
| 3. A INCLUSÃO E OS MARCOS LEGAIS NO BRASIL E NO MUNDO | 11 |
| 3.1. Constituição Federal | 11 |
| 3.2. Declaração de Salamanca | 12 |
| 3.3. LDB 9.394/ 1996 | 13 |
| 3.4. Lei 13. 146/2015 | 15 |
| 4. INCLUSÃO ESCOLAR | 16 |
| 5. EM BUSCA DO CONHECIMENTO..... | 17 |
| 6. O PAPEL DO PROFESSOR..... | 18 |
| 7. METODOLOGIA | 20 |
| 8. ANÁLISE DE DADOS..... | 22 |
| 8.1. O Município de Sumé e a Lei 1.220/17 | 22 |
| 9. CONSIDERAÇÕES | 24 |
| REFERÊNCIAS..... | 26 |
| APÊNDICE – QUESTIONÁRIO..... | 28 |
| ANEXO – LEI MUNICIPAL 11.220/ 17 DE SUMÉ - PB..... | Erro! Indicador não definido. |

PEDAGOGIA DA INCLUSÃO: UMA PERSPECTIVA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES E CUIDADORES EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ

HERLEN CAMPOS PORTO*

RESUMO

O presente artigo é delineado para proporcionar uma maior compreensão e reflexão acerca do processo de inclusão e tem como foco a “Formação continuada para os Professores e Cuidadores Educacionais da Educação Básica da escola municipal Zélia Braz no município de Sumé”, para impulsionar uma nova discussão sobre o respeito às diferenças. O estudo é marcado pela problemática da falta de conhecimento sobre a inclusão, e propõe aos professores e cuidadores uma nova formação continuada, de um grupo denominado minoria, pois objetiva a educação para todos. Define como objetivo geral analisar a importância da formação continuada para professores e cuidadores educacionais da Educação Básica sobre a inclusão nas escolas. Tendo embasamento nos estudos de Freire (2010), Aquino (1998) Diniz & Vasconcelos (2004), Carvalho (2016) entre outros. Foi observada a necessidade de uma pesquisa de campo com aplicação de um questionário pautado na formação do professor para com a inclusão junto com a pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que a escola e o professor devem prover momentos de estudo e pesquisa sobre o processo de inclusão. A Educação, formada por pais, diretores, supervisores e, especialmente, professores necessita do contato com novas posturas, novas experiências, novos modelos para inclusão em sala de aula para buscar aprimorar as possibilidades de se adequar às necessidades de todos os alunos.

Palavras-Chave: Inclusão. Pedagogia. Formação para professores. Educação Básica.

RESUMEN

El presente artículo es delineado para proporcionar una mayor comprensión y reflexión acerca del proceso de inclusión y tiene como foco la "Formación continuada para los Profesores y Cuidadores Educativos de la Educación Básica de la escuela municipal Zélia Braz en el municipio de Sumé", para impulsar una nueva discusión sobre el respeto a las diferencias. El estudio está marcado por la problemática de la falta de conocimiento sobre la inclusión, y propone a los profesores y cuidadores una nueva formación continuada, de un grupo denominado minoría, pues objetiva la educación para todos. Define como objetivo general analizar la importancia de la formación continuada para profesores y cuidadores educativos de la Educación Básica sobre la inclusión en las escuelas. (2004), Acino (1998), Diniz & Vasconcelos (2004), Carvalho (2016) entre otros. Se observó la necesidad de una investigación de campo con aplicación de un cuestionario pautado en la formación del profesor para con la inclusión junto con la investigación bibliográfica. Se concluyó que la escuela y el profesor deben proveer momentos de estudio e investigación sobre el proceso de inclusión. La educación, formada por padres, directores, supervisores y, especialmente, profesores necesita el contacto con nuevas posturas, nuevas experiencias, nuevos modelos para inclusión en el aula para buscar mejorar las posibilidades de adaptarse a las necesidades de todos los alumnos.

Palabras clave: Inclusión. Pedagogía. Formación para profesores. Educación básica.

* Graduanda no Curso de Letras - Espanhol na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB - Centro de Ciências Humanas e Exatas – CCHE / Campus VI- Poeta Pinto do Monteiro.
E-mail: herlenporto987@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre inclusão começa a ganhar destaque em congressos, simpósios e nas maiores universidades de todo o mundo. Um número significativo de publicações científicas sugere quão imprescindível é fomentar nos educadores a ideia de que a formação continuada é um dos caminhos capaz de consolidar políticas que promovam o respeito as diferenças. O século XXI, sugere uma maior discussão a respeito das diferenças no campo social, cultural e político. Não trataremos de um único grupo, mas da diversidade étnica, racial das diferenças físicas e culturais que neste trabalho serão abordados como minorias¹ que são as pessoas geralmente caracterizadas como objetos de discriminação social, intelectual e física.

A contemporaneidade sugere uma maior discussão a respeito das diferenças no contexto social, cultural e político. O presente trabalho propõe uma análise sobre a inclusão na escola, com o objetivo principal de analisar a formação continuada para professores e cuidadores educacionais² da Educação Básica no município de Sumé.

Assim, consideramos que é necessário lançar um olhar introspectivo sobre a figura do professor como também do cuidador, já que ambos não podem e não devem ser vistos apenas como transmissores de conteúdos, mas como educadores que contribuirão de maneira considerável para a vida de seus educandos. Vale ressaltar também que a prática pedagógica utilizada por tais profissionais é de suma importância, pois segundo Freire (2010) é categórico afirmar:

A prática pedagógica é constituída de limites. [...] Qualquer ação educativa é regida pelo jeito como cada educador estrutura esses limites, ou seja, pela disciplina que ele acredita necessitar para organizar o tempo e o espaço (sua rotina) de liberdade onde sua prática se desenvolve. (FREIRE, 2010, p. 35).

Posto isto, queremos mostrar que tanto o professor como o cuidador educacional são acima de tudo educadores, e sendo assim entendemos que os meios (inclusive os cuidadores) utilizados pelos profissionais da educação básica precisam ser adequados às necessidades dos alunos para que assim desenvolvam trabalhos direcionados à realidade destes alunos permitindo-os inserir-se de forma absoluta sua prática docente.

Nesse sentido, somos levados a refletir sobre as implicações para a escola e para a sociedade quando os professores desconhecem ou, em suas aulas, se isentam de tratar sobre

¹ As minorias aqui citadas são: os gordos, os surdos, os pobres, os homossexuais, os índios, as pessoas com deficiência, e os alunos do ensino de jovens e adultos (EJA).

² Os cuidadores educacionais como assim está nomeada a Lei Municipal 1.220/17 de Sumé, segundo suas atribuições, são um auxiliar deste aluno para as suas necessidades diárias da vida prática.

temas que durante anos foram caracterizados como incomuns ao universo da escola, portanto, impedidos de serem discutidos nas aulas. As justificativas para que temáticas sobre sexualidade, deficiência, raças, religião não fossem debatidas na escola, provinham de uma sociedade com padrões comportamentais aceitáveis, ora, por ser responsabilidade única e exclusiva da família, pois na escola, a prática pedagógica estaria voltada para apreensão de conteúdos que fariam do sujeito um cidadão intelectualmente capaz de discutir sobre política e economia.

A pesquisa, no primeiro momento, busca um conceito capaz de definir a inclusão que foi sendo construído ao longo da história, o que sugere que durante séculos não foi possível encontrar políticas capazes de mensurar a necessidade de estabelecer uma concepção sobre a inclusão de todos na escola ou na sociedade.

Ao longo do trabalho buscamos refletir sobre as leis que consolidaram a inclusão, o trato social e o político as demandas da minoria. Em seguida, discutiremos sobre a formação de professores e cuidadores, pois se entende que há uma didática que contemple uma proposta de a inclusão sem que sejam evidenciados preconceito ou exclusão.

Tratamos de realizar um estudo de campo que busca lançar um debate sobre o processo de formação de professores e cuidadores e sua preparação pedagógica para trabalhar com inclusão na escola e, prioritariamente, em sala de aula.

Com a ajuda de um questionário aplicado na escola municipal de Sumé, fundamentado nos estudos bibliográficos mostro estudos pautados na falta de conhecimento e suas consequências, para assim instruir sobre a relevância de uma formação mais adequada para a educação inclusiva, contribuindo para o avanço social de todos. O questionário foi utilizado para quantificar o problema e através da pesquisa analisar uma possível formação continuada para os professores e cuidadores educacionais e assim disseminar por todo o município tornando assim mais capacitadas as pessoas que estão diretamente ligadas aos alunos minorias, e adequar o ensino e inclusão de cada aluno.

2. O CONCEITO DE INCLUSÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

Na ânsia de discorrer sobre o conceito de inclusão, faz-se necessário o desenvolvimento de um estudo intrínseco que não reduza o processo inclusivo a um simples ato, mas procure introduzi-lo de forma significativa ao contexto escolar e social. Um breve

percurso histórico propicia uma análise mais detalhada sobre como a sociedade tratou e/ou trata o sujeito que não se enquadra em uma pseudonormalidade³.

Sob esta perspectiva Carvalho (2016) afirma que a pedagogia da exclusão tem origem remota, condizente com a concepção de homem e de mundo que estivesse em vigor, ou seja, o processo de educação tinha como base o momento histórico, seja na antiguidade, na idade média ou até mesmo na revolução francesa, e o modelo de homem ‘ideal’ vigente, cabendo à educação concretizá-lo.

A história traz relatos surpreendentes da exclusão por deficiência, da exclusão dos escravos, da discriminação por estereótipos. Assim, podemos compreender que desde outrora, a exclusão social no âmbito educacional, considerava aptas as pessoas consideradas “normais”. No entanto, os deficientes foram os mais estigmatizados ao longo da história.

As raízes históricas e culturais do fenômeno deficiência sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito. A literatura da Roma Antiga relata que as crianças com deficiência, nascidas até o princípio da era cristã, eram afogadas por serem consideradas anormais e débeis. Na Grécia Antiga, Platão relata no seu livro *A República* que as crianças mal constituídas ou deficientes eram sacrificadas ou escondidas pelo poder público (MONTE & SANTOS, 2004, p. 09).

A partir desse ângulo apresentado, nos deparamos com uma história de milênios de anos passados, onde pessoas com deficiência foram mortas e/ou exilados.

Na Grécia Antiga almejava-se os homens livres, fortes. Os deuses são a marca registrada dos gregos, eles são caracterizados por sua beleza, força e sabedoria, e os guerreiros e os escravos não faziam parte do processo educacional, estes eram excluídos. Os gregos desenvolveram uma educação integral, voltada para a formação do corpo e do espírito do homem “sendo que a importância conferida ao corpo era marcante em Esparta, enquanto, em Atenas, o objetivo da educação era o desenvolvimento do espírito (o intelecto)” (CARVALHO, 2016, p. 23). Essa visão de modelo ideal presente na sociedade sempre foi fortemente evidenciada, tendo em vista que o perfil de homem era composto principalmente pelas características que demonstravam força, integridade e discernimento entre o certo e o errado.

Todos sabemos (embora nem todos o confessemos) que em nosso contexto social esse tipo ideal – que, na verdade, faz o papel de um espelho virtual e generoso de nós mesmos – corresponde, no mínimo, a um ser: jovem, do gênero masculino, branco, cristão, heterossexual, física e mentalmente perfeito, belo e produtivo. (AQUINO, 1998, p. 14).

³ Que não pode ser definido como normal. (Nosso entendimento de forma breve)

O processo de inclusão ganha notoriedade no século XXI, a partir de lutas sociais, políticas e educacionais. Ao longo da história, deficientes, negros, gordos, surdos, pobres, mulheres e homossexuais foram segregados, humilhados, excluídos por possível incapacidade de seguir padrões socialmente estabelecidos. Estas questões por muito tempo foram “absorvidas pela cultura escolar e transformadas em cenas corriqueiras, nas quais a ausência de um estranhamento e de um desconforto impede mudanças”. (DINIZ & VASCONCELOS, 2004, p. 110).

A origem da palavra inclusão supõe um conceito que foi definido ao longo da história, mediante a posturas científicas que a priori, traziam uma visão antagônica a exclusão e posteriormente com novas visões sobre como inserir as minorias no meio social, reavaliou uma concepção que iria além da definição de integração. “A meta primordial da inclusão é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo”. (WERNECK, 1995 *apud* SAMPAIO & FREITAS, 2011).

Com a ressalva da diferença existente entre integração e inclusão, faz-se necessário ressaltar uma breve exposição sobre o estereótipo, com ênfase ao alvo do trabalho que também retrata as pessoas denominadas minorias, no qual segundo Assumpção (2011) “o estereotipo (no contexto aqui abordado) é a concretização/ personificação do preconceito.” Porque quando se concretiza o estereotipo deixa-se de existir múltiplos outros, caindo assim nesse preceito que determinado estereotipo é o ideal.

Passamos por toda essa evolução, com o processo de inclusão para então surgir o conceito que privilegia o respeito e a valorização das diferenças. De acordo com Werneck (1995)

[...] evoluir é perceber que incluir não é tratar igual, pois as pessoas são diferentes! Alunos diferentes terão oportunidades, para que o ensino alcance os mesmos objetivos. Incluir é abandonar estereótipos (WERNECK, 1995 *apud* de BOZZO, 2012, p. 11).

No entanto, para chegar a conceituar a inclusão, passamos por uma história de mais de três décadas, até chegar ao reconhecimento de inclusão atual, em que por meio da exclusão dessas pessoas no âmbito escolar, que impedia a interação e o desenvolvimento dessa minoria, foi que se iniciou a segregação, nos anos 60, no qual os deficientes não tinham acesso a escola, participavam de instituições especializadas, depois passavam pelo processo de integração no momento que as escolas começam a receber os alunos deficientes, porém essa integração era restrita apenas ao acesso a escola, e continuava a evolução desse termo até os

anos 90, onde se inicia o divisor, e seu reconhecimento atual, pois a partir daqui a inclusão foi vista como respeito às diferenças e diversidade, sejam essas culturais, sociais e individuais.

3. A INCLUSÃO E OS MARCOS LEGAIS NO BRASIL E NO MUNDO

Visto que as leis são importantes para delinear o caminho pelo qual percorremos nas últimas décadas, criam-se nas últimas décadas padrões de condutas sociais de combate a qualquer tipo de preconceito contra sujeitos que pensam e agem de forma peculiar. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) traz em seu contexto a afirmativa que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (Art. 1o) (ARANHA, 2004, p. 08). Isto é, somos iguais na diferença, logo tratamos de focar no que diz direito a educação.

Sendo assim, notamos que nos amparos de leis nós seres humanos somos iguais, porem possuímos características diferentes, posto isto, a educação deve ser para todos em que se torna plena através da Constituição (1988), destaco que ela diz mas especificamente no âmbito da inclusão escolar, no qual faz parte de um processo de evolução dos conceitos e estudos sobre o direito á educação, no qual foram surgindo às leis e decretos.

Através das leis notamos o processo longo ao qual a educação foi modificando-se para a adequação de estrutura pedagógica e didática, de professores, de diretores, de alunos e de modo mais singelo tentando transformar em uma educação para todos.

3.1. Constituição Federal

No Brasil, a Constituição de 1988 foi elaborada pelo Congresso Constituinte composto por deputados e senadores, e garante o compromisso de assegurar os direitos de toda a população, assumindo o princípio da igualdade para formar uma sociedade harmoniosa e sem preconceitos.

O artigo 5º é um dos artigos mais relevantes da Constituição Federal (1988) pois diz que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" no qual a igualdade nós torna individualmente importantes, porque reconhece todas as individualidades dos seres humanos.

Em seu artigo 205 mostra que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Desta forma, esse artigo declara que não é dever de um único órgão, mas que todos tem papel fundamental no desenvolvimento da sociedade como um todo, posto que suas necessidades são direitos no qual todos devemos respeitar. A Constituição Federal de 88 é um marco aos direitos dos cidadãos brasileiros, sua promulgação torna claro as responsabilidades do Estado.

A partir da promulgação desta Constituição, os municípios foram contemplados com autonomia política para tomar as decisões e implantar os recursos e processos necessários para garantir a melhor qualidade de vida para os cidadãos que neles residem. Cabe ao município, mapear as necessidades de seus cidadãos, planejar e implementar os recursos e serviços que se revelam necessários para atender ao conjunto de suas necessidades, em todas as áreas da atenção pública. (ARANHA, 2004, pag. 19).

Dito isto, torna-se evidente que o município tem total direito de criar cargos para atender as necessidades dos alunos e assim garantir o seu desenvolvimento social, intelectual para sua melhor qualidade de vida. Por conseguinte, surge a Convenção de Salamanca em 1994, onde todos os países que constituem a Organização das Nações Unidas (ONU) tem por objetivo em suas ações manter a paz e a segurança, e defender os direitos humanos.

3.2. Declaração de Salamanca

Com a Declaração de Salamanca, em 1994, o movimento mundial sobre a inclusão ficou mais patente a todos, onde “proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação devem ter acesso à escola regular” (BRASIL, 2015, p. 38). Com isto proclama seu compromisso com a educação para todos.

O documento relata o acolhimento de todas as crianças, independentemente de aspectos físicos, sociais e culturais e entre outras possíveis características, e ainda em sua apresentação afirmam a capacidade de combater atitudes discriminatórias. No que se trata da educação declara que devem acolher, acolhimento este em sentido mais singular será dar abrigo e proteção, isto em sala de aula se fomentar através da adequação para melhor receber os alunos, segundo o documento da declaração de Salamanca no qual demonstra que:

Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicos ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizados. (Brasil, 1997 *apud* BRASIL, 2015, p. 09).

Nesse contexto inclusivo a Declaração de Salamanca buscou ir além do acesso de pessoas com deficiência a escola, oferece a inclusão de todos que necessitam, seja por

diferenças e/ou deficiências, seja por características individuais e/ou de grupos. A partir desta declaração, a inclusão começa a ser gerada, bem no ventre de todos os países das Nações Unidas, porém teve tanto êxito no Brasil que neste mesmo ano houve a publicação do documento:

Política Nacional de Educação Especial, alicerçado no paradigma integracionista, fundamentado no princípio da normalização, com foco no modelo clínico de deficiência, atribuindo às características físicas, intelectuais ou sensoriais dos estudantes, um caráter incapacitante que se constitui em impedimento para sua inclusão educacional e social (BRASIL, 2015, p. 09).

Mesmo com uma perspectiva voltada para a educação inclusiva, no qual garanta o acesso de todos os estudantes e os apoios necessários para conseguir o desenvolvimento intelectual e social, mesmo sabendo que as políticas implementadas pelos sistemas de ensino não alcançaram esse objetivo, buscaram os melhoramentos e surgiu no Brasil e LDB 9.394/96 que é a base do processo educacional brasileiro.

3.3. LDB 9.394/ 1996

A lei 9.394/96 que é a base de todo o processo educacional brasileiro, foi parte do processo de evolução da lei 4.029 da década de 60 no qual esta foi sancionada para mostrar o papel da escola, a formação de professores e os direitos e deveres dos envolvidos no processo educativo, tonaram em lei oficialmente a escola para todos, e posteriormente esta lei de 60 foi vetada pela atual LDB 9394.

Nesse sentido, foi possível ampliar as discussões a respeito da delimitação das ações pedagógicas que favoreceriam a formação do sujeito, no entanto, a inclusão não desponta como o principal tema da época.

A lei 9.394/96 foi uma resposta ao cenário de segregação. Ao sancionar a lei já se tinha passado pelo processo de segregação e integração dos deficientes. Ressurge com maior ênfase a visão de inclusão.

A responsabilidade da universalização do ensino para os cidadãos de 0 a 14 anos de idade, ou seja, da oferta de Educação Infantil e Fundamental para todas as crianças e jovens que neles residem. Assim, passou a ser responsabilidade do município formalizar a decisão política e desenvolver os passos necessários para implementar, em sua realidade sociogeográfica, a educação inclusiva, no âmbito da Educação Infantil e Fundamental (ARANHA, 2004, p. 21).

A LDB (1996) intensifica a necessidade de uma prática pedagógica voltada para o acolhimento das diferenças, e pondera a forma como as escolas devem promover a participação de todos, sem exceção de qualquer natureza. Delimita ações, desde acolhimento, até mesmo avaliações que possam consolidar o processo de aprendizagem dos conteúdos escolares.

Essa proposta de inclusão, após passar por todos os processos de evolução terminológicos que vão desde a nomenclatura até seu avanço da exclusão, segregação e integração, até chegarmos a inclusão que esta em si teve que ocorrer muito depressa para todos, as escolas e os professores davam seus primeiros passos para incluir. Porque antes, os alunos especiais eram encaminhados para uma escola específica e com a nova lei, que busca a inclusão pois o sistema educacional se torna ‘proibido’ de recusar esse aluno.

As leis em relação à educação passaram por grandes transformações, ou melhor, por indispensáveis evoluções, nas leis nota-se o progresso educacional que é necessário, no qual todas as pessoas fazem parte deste meio, e assim notamos os progressos e a necessidade de adequação para a formação dos professores para a educação de pessoas com deficiência, as necessárias adaptações dos espaços escolares.

A escola tornou-se *obrigatória*, gratuita ou quase, e *estatal*, são três aspectos que a colocam na sociedade atribuindo-lhe um papel essencial. Existe ainda o outro aspecto da diferenciação interna, dos muitos tipos de escola, que vem cobrir outra exigência: de reprodução da visão de trabalho e de reconstrução de classes e grupos sociais. (CAMBI, 1999, p. 398).

E assim como a escola tornou-se obrigatória para todos e tenta incluir a pessoa com deficiência, devemos apresentar a importância da escola que segundo Cambi (1999) retrata os três aspectos que atribui a escola esse papel tão relevante que são a obrigatoriedade de estudar de forma gratuita e a tornou pública, ou seja, a escola é de todos.

E por fim a inclusão dos alunos deficientes, falo aqui deficientes, pois a lei é bem nítida nesse aspecto, embora o trabalho seja de inclusão de minorias, não se pode fugir desta lei que tem foco na inclusão. “Toda uma série de reestruturações que a escola sofreu no curso dos últimos dois séculos mostra esta “lei” de adequação à sociedade que a atravessa, tornando-a cada vez mais uma instituição central da vida social...” (CAMBI, 1999, p. 398).

A mais recente lei de nº 13.146 de 2015 que trata da inclusão de pessoas com deficiência preconiza a inclusão como convívio social e estimula o desenvolvimento de todos os alunos, levando em consideração seus anseios e suas especificidades.

3.4. Lei 13.146/2015

No Brasil, um dos temas efervescentes do momento é a inclusão, para isso torna-se necessária uma breve demonstração da Lei 13.146 que trata devidamente de Instituir a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Já em seu Artigo 1º ressurge a inclusão com as mais variadas culturas, ideologias e particularidades no qual é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL site PLANALTO, 2015).

Em seu capítulo IV- que trata do direito a educação, constitui que a pessoa com deficiência está assegurado a inclusão em todos os níveis educacionais, para o desenvolvimento de seus talentos e habilidades.

No entanto, afirma que a inclusão não será demanda apenas do professor ou da escola, onde em seu parágrafo único do 27º artigo sanciona que “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”. (BRASIL site PLANALTO, 2015). As leis, mas especificamente as que abordam aspectos voltados para as pessoas que vivem a margem da sociedade, tem como propósito maior criar meios e mostrar o quão importante são o papel de cada cidadão para a construção de um mundo melhor.

Em seu artigo 28 incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar. Artigo este muito completo, no qual em dezoito parágrafos define o desenvolvimento educacional inclusivo, o aprimoramento dos sistemas educacionais, o atendimento de educacional especializado (AEE), assegura a oferta da educação bilíngue, a adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência,

Destaco aqui o parágrafo X – sobre a adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada para professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado, que é o foco do trabalho para a formação continuada dos professores e cuidadores da educação básica do município de Sumé no qual esse parágrafo já assegura a probabilidade de esta acontecer.

4. INCLUSÃO ESCOLAR

A educação inclusiva reflete a necessidade de uma sociedade exigir políticas públicas que garantam ações efetivas para que ninguém, nenhuma criança ou adolescente seja excluída das atividades escolares. Isso requer mudança estrutural e pedagógica das instituições de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior.

A escola não pode acatar chacotas ou estereótipos, pois todos os estereótipos “formam pequenas armadilhas que aprisionam o sujeito e o conformam” (DINIZ & VASCONCELOS, 2004, p. 57). Com tudo, os alunos seguem rotulados, classificações como “bom” ou “mau”, “bagunceiro” ou o que é “caladinho”, “tímido”, “chorão”, “agressivo”, “negro”, “gordo”, “quatro-olhos” já está tão presente que até mesmo em questões culturais, passam despercebidas a olho nu.

Ao dizermos (ou até mesmo pensarmos) frases do tipo: “é paralítico *mas* tão inteligente”, “é negro *mas* tem alma de branco”, “é homossexual *mas* tão sensível” ... Estamos compensando aquela característica ou condição que consideramos espúria e, portanto, negando-a ao contrapô-la a um atributo desejável – o “mas” denuncia esse movimento. (DINIZ & VASCONCELOS, 2004, p. 20).

Por isto, as expressões não podem ficar de fora, pois também são avaliadas como formas de negação, já que estão todos culturalmente estereotipados e conformados no qual essa conformidade não passa de uma armadilha que o aprisiona. De modo que esta conformidade é a denominada tolerância.

A educação é o primeiro passo para a transformação social, e no processo de ensinar o professor torna-se um político, porque interage com a realidade, rompe barreiras, desmonta ideologias e contribui efetivamente para a transformação dos sujeitos. A inclusão demanda um processo político, de ações sociais e de uma educação capaz de, em toda sua sistemática, compor estratégias que possam favorecer a conscientização sobre a convivência harmoniosa em sociedade, de modo que as minorias passem de um grupo em processo de aceitação social, para efetivamente, compor um grupo heterogêneo. Onde torna-se preciso acreditar nas pessoas, e em seus potenciais no que diz respeito à capacidade de aprender e de crescer na vida, nenhuma característica ou condição faz de um ser humano ou do outro uma pessoa melhor ou desprovida de seus direitos humanos:

Queremos um mundo em que todos possam ter o mínimo necessário para viver, em que os recursos naturais sejam preservados para as futuras gerações, em que as pessoas possam ser livres e felizes, com igualdade de oportunidades, ou um mundo no qual só um pequeno número de privilegiados tenha esse direito? (SADER, 2018, pag.118).

Com a busca ao mundo que queremos, um mundo que se refere a igualdade de oportunidades, a educação inclusiva não fica distante, pois se fundamenta na ideia de que todos tem direito a escola. “O processo educacional tem que ser adaptado para as realidades dos alunos, tal como ele se desenvolve, pode estar selecionando e colocando para fora muitos que não conseguem se defender” (AQUINO, 1998, p. 122).

“É fato que não se pode negar a seletividade que está presente na prática institucional escolar” (AQUINO, 1998, p. 120). A prática escolar tem caráter elitista⁴, são práticas organizadas para as pessoas mais inteligentes, de melhor padrão social e de melhor qualidade de vida comparada aos demais indivíduos num contexto social.

Pode-se existir situações de desigualdade, implícitas no nosso cotidiano. Podemos descrever expressões que definem a presença do preconceito quando se diz “a coisa está preta” indicando que a coisa está feia ou ruim. Demostramos também através de gestos, atitudes ou pelo olhar da diferença.

Temos como um grande meio social a nossa escola, pois é a partir dela que começamos a nos encontrar no mundo, adquirimos nossos conhecimentos e formamos nossas opiniões. Passamos boa parte de nossa vida na escola, onde encontramos os meios para decidirmos o que queremos para nossa vida, em sentido mais amplo, pois todos os conhecimentos adquiridos ultrapassam os muros da escola e são levados com os alunos por toda sua vida. Onde coerentemente torna-se um dos principais lugares para a inclusão.

5. EM BUSCA DO CONHECIMENTO

Quando se fala a respeito de deficiência e diferenças, nota-se que existem inúmeras diferenças e muitos tipos de deficiência, e que na prática pode se tornar uma ação complicada, porém altamente necessária, pois a inclusão é complexa, pois abrange diversas necessidades e individualidades.

Entretanto, entendermos que o que aqui é determinado como problema não é o aluno, porém a falta de conhecimento sobre o assunto, ou sobre a diferença e/ou deficiência que foi exposta em sala de aula. “Enfim, ninguém avança na busca de solução para algo problemático sem passar por uma rica e ampla exploração”. (DINIZ & VASCONCELOS, 2004, pag. 09). Esta falta não gira em torno do professor ou do cuidador, existe uma cultura, uma escola, uma

⁴ A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social (BRASIL, 2015, p. 25).

sociedade, o município, o governo e pais ou responsáveis que brevemente tomaram consciência da própria falta, e que vê que ainda falta muito para progredir, porém, no reconhecimento dessa falta inicia-se o primeiro passo para uma reflexão.

De acordo com Diniz & Vasconcelos (2004) não existe um só problema que prejudica a inclusão e sim inúmeros: a falta de conhecimento da escola sobre a situação das pessoas com deficiência, pois não tratamos de incluir apenas através do direito a matrícula e sim de buscar a inclusão de forma mais ampla, pois todo o seu dia a dia é essencial, como manias, costumes, crenças, onde tudo tem que ser levado em consideração; a precariedade histórica do investimento governamental em recursos materiais e humanos que implicariam uma maior valorização desse campo e um reconhecimento de sua importância para a população, uma política pública que afete a todos as pessoas inclusive as minorias e as pessoas com deficiências; a crise pela qual passa o movimento social docente; e a dificuldade que os professores e as professoras têm vivido em torno de sua identidade profissional, para se tornar um diferencial entre tantos indivíduos.

Apontados alguns problemas que faltam serem corrigidos, vale ressaltar que a inclusão é um processo conjunto, no qual todos fazem parte desse progresso. Com isso, os professores tem a capacidade de transformar-se em libertadores, “pensar o mundo – nomear o mundo, como dizia Paulo Freire – é agir sobre ele. É uma entre tantas formas de ação que podemos começar a desencadear, nesse desafio de realizar a convivência entre as ‘diferentes diferenças’” (DINIZ & VASCONCELOS, 2004, p.14).

6. O PAPEL DO PROFESSOR

Definir o papel do professor se torna cada vez mais complexo, pois se tem uma ampla funcionalidade para esta figura, o que está muito além de ensinar a ler e escrever, o professor está envolvido nas questões sociais, emocionais e subjetivas de seus alunos e da sua sala de aula.

Contudo o papel do professor da Educação Básica é fundamental para a inclusão escolar e social, um dos aspectos centrais do debate se refere ao papel do professor e à sua formação acadêmica ou continuada de forma necessária para lidar com a diversidade dos alunos, de preferência com as políticas de educação inclusiva.

O fato é que, de maneira geral, as licenciaturas não estão preparadas para desempenhar a função de formar professores que saibam lidar com a heterogeneidade posta pela inclusão. Isso é preocupante, pois os alunos bem ou mal

estão sendo incluídos e cada vez mais as salas de aula se diversificam, embora, evidentemente, não no ritmo desejado. (PLESCHT, 2009, pag. 07).

É impressionante vermos como as licenciaturas desde está afirmação até então ensinam de forma superficial aos seus discentes sobre a inclusão, mesmo sabendo que a sala de aula tem carência com as diversidades e deficiências, um componente curricular mais específico sobre inclusão seria elementar. “Para tanto, faz-se necessário elaborar políticas públicas educacionais voltadas para práticas mais inclusivas, adequar a formação de professores às novas exigências educacionais e definir um perfil profissional do professor” (PLESTCH, 2009, pag. 06).

Por que os tais “alunos-problema” teriam se transformado em empecilho para o trabalho pedagógico quando, por definição, o professor é aquele que deveria, por meio de sua ação, fazer desaparecer esse predicado, convertendo-os em “alunos” tão-somente? (AQUINO, 1998, pag.121).

Dito isto, sobre os eixos que caracterizam a postura do professor inclusivo, ressaltando a importância do professor e também o cuidador, trabalharemos sobre as mais diversas questões sociais, culturais, econômicas e individuais para ajudar o aluno a se sentir mais importante, e assim romper com possíveis sentimentos de inferioridade. Tanto os professores como os cuidadores são de fundamental importância para a construção de escolas para todos, e estes:

Devem adquirir habilidades para refletir sobre as práticas de ensino em sala de aula e para trabalhar em colaboração com seus pares a fim de contribuir na construção de abordagens educacionais dinâmicas e inclusivas, a partir das quais os estudantes com necessidades educacionais especiais têm acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e de participação na vida escolar e na comunidade. (DUK, 2006, pag. 13).

Propondo uma formação que reflita sobre a inclusão, que ultrapassem as paredes da escola, que seja verdadeira, que possibilite novos conceitos e acabe assim com tantos preconceitos, reinventando um novo saber, buscando sempre melhorar a relação com o outro.

Como professores atuantes deve-se buscar por possibilidades em que de fato ocorram a inclusão, pois o mundo da inclusão aqui retratado não tem foco específico em uma só característica ou em uma determinada deficiência. A formação é uma ótima opção para a Educação Inclusiva, pois através do conhecimento o professor e o cuidador conseguem desenvolver outras metodologias, competências e habilidades para sua atuação. Se tornar um professor inclusivo não é tarefa fácil.

O professor precisa ser capaz de selecionar conteúdos, organizar estratégias e metodologias diferenciadas, de modo a favorecer a aprendizagem de todos os

alunos, independentemente de sua diferente condição social, intelectual, sensorial, comportamental, física ou qualquer outra. (POKER et al, 2016, p. 07).

Com isto, afirma-se que é necessário mais do que um número significativo de matrículas em escolas, para desenvolver a inclusão precisa-se adequar ao outro, seja o professor, o porteiro, a diretora, a cuidadora, todos que fazem parte da escola, adequando-se sempre ao âmbito escolar.

Portanto, o atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. (PLESCHT, 2009, pag. 06).

Como a formação dos professores e cuidadores para a educação inclusiva é de suma importância, vale ressaltar que esse processo iniciasse na família, e posteriormente na escola, é um processo lento, que ocorre dia após dia, em uma sala de aula, mais que ao sair da escola todas as mudanças que já estavam estereotipadas, vão dando margens a novas concepções a novos modelos, e assim iniciasse a transformação de toda a sociedade. Se não houver a transformação a escola se tornará um fracasso, pois o modelo pedagógico que não está aberto para a inclusão entra em um modelo homogêneo, no qual inúmeros meios e métodos de aprendizagem muitas vezes são esquecidos, o professor na sala tem que ter conhecimentos compartilhados, experiências expostas e as curiosidades dos alunos que tem que ser levadas em conta, para assim tornar a escola um meio de formação, com transformação dos alunos, criando pensadores para evoluir fora da escola.

7. METODOLOGIA

Este trabalho encontra-se inserido no âmbito da educação especial, com finalidades na formação continuada de professores e cuidadores do município de Sumé, no qual a pesquisa foi desenvolvida através do questionário para a validação de toda a pesquisa, abordando questões no qual se buscou identificar a formação dos professores e estes se sentem preparados para trabalhar com a inclusão.

Tendo como embasamento teórico a pesquisa de campo, pois consideramos que esse tipo de pesquisa facilita o entendimento do tema diante de sua amplitude, pois a formação para professores e cuidadores é ampla tendo em vista que relatamos sobre a inclusão de minorias, e não nos limitamos à análise de apenas um professor, mas dos que se dispuseram a responder o questionário.

Para realizar uma pesquisa de campo é necessário o contato direto com o público a ser pesquisado, de modo que o pesquisador seja um sujeito neutro.

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONSALVES, 2001 *apud* PIANA, 2009, p. 04).

Fizemos um levantamento de referenciais bibliográficos que abordam o tema, no qual destacamos: Freire (2010), Aquino (1998) Diniz & Vasconcelos (2004), Carvalho (2016). Estes autores revelam um conjunto de informações acerca do contexto de formação de professores para a educação inclusiva e as práticas políticas e pedagógicas.

Destaco aqui que a intenção de pesquisar apenas uma escola municipal, para que esta pesquisa seja o início, utilizou desta especulação para explorar questões sobre o conhecimento do tema, seja através de experiências ou de cursos. Neste caso, a “pesquisa não é um ato isolado, intermitente, especial, mas atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem” (DERMO, 2002 *apud* PIANA, 2009, p. 02). Será o primeiro passo de uma pesquisa sobre os professores do município de Sumé para identificar se tais necessitam ou não de uma formação.

O trabalho tem a proposta de formação para os professores na área de inclusão, no entanto não são todos os professores que querem ou necessitam, porém delimitar os que precisam ou não é questão individual de cada um, não nos cabendo intervir nessa escolha.

O questionário foi exposto para todos os professores em uma aula departamental, onde cerca de doze professores estavam presentes, e apenas seis responderam, os que responderam são justamente os que têm alunos com alguma dificuldade ou transtorno em suas salas de aula.

O questionário possui nove questões em sua maioria fechadas para que ele pudesse expressar algumas opiniões com relação à sua formação, atuação, desempenho e interesse ao tema: inclusão. O questionário também apresenta questões sobre o sentimento do professor com relação à preparação individual para trabalhar com a inclusão em sala de aula, e ao término das perguntas uma questão aberta dando ao entrevistado a possibilidade de falar abertamente sobre suas percepções a respeito da sala de atendimento educacional especializado, para saber o vínculo e utilização das salas de AEE e possivelmente de suas psicopedagogas.

8. ANÁLISE DE DADOS

8.1. O Município de Sumé e a Lei 1.220/17

A Lei Municipal 1.220 da cidade de Sumé, de 11 de maio de 2017, foi elaborada para garantir a crianças e/ou adolescentes com deficiência o direito a um Cuidador Educacional. O Cuidador é contratado pela prefeitura, e segundo a própria lei não se faz necessário uma formação, apenas Curso de Nível Médio completo.

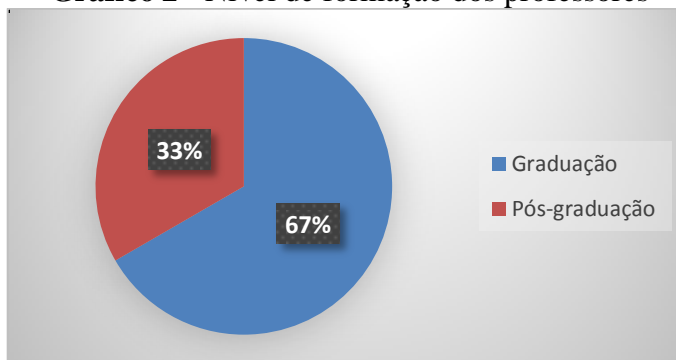
Na escola municipal Zélia Braz possui 14 professores, porém não foram todos que colaboraram com a pesquisa relacionada à inclusão escolar, o que valida a resistência aos que não expuseram seus posicionamentos sobre o assunto. Como mostra no gráfico I que apenas 43% dos professores contribuíram.



Fonte: elaborado pela autora, 2019.

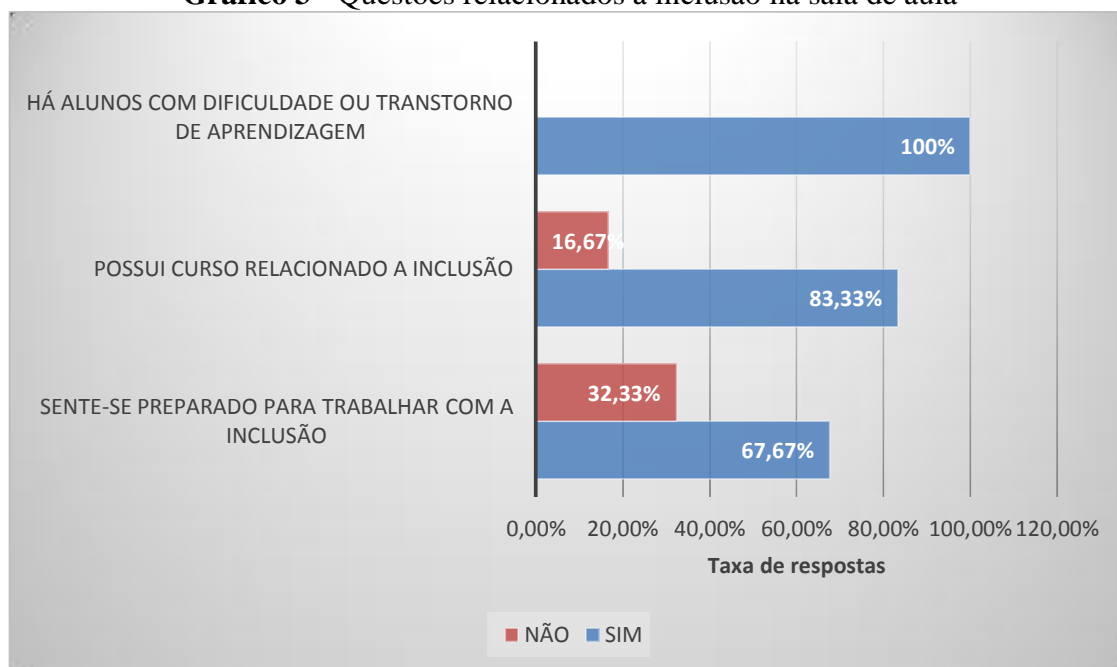
Dentre os questionamentos, nos fez relevante saber sobre o seu tempo de atuação nos quais as respostas apresentaram entre 03 e 27 anos de experiência, uma diferença bem significativa onde conforme a análise dos dados constata-se que os professores com mais de 25 anos de experiência se sente preparados e dois dos que possuem três anos de experiência não se sentem preparados.

Questionou-se sobre qual o série/ano que lecionava, contudo as respostas corresponderam as classes do 1º ao 4º ano do ensino fundamental, e quando perguntados sobre o nível de formação acadêmica de cada professor entrevistado nota-se que nenhum possui títulos de mestrado e doutorado, demonstramos apenas as respostas que condiz com as respostas conforme apresentado no gráfico II em que se obteve dados apenas de graduados e pós-graduados.

Gráfico 2 - Nível de formação dos professores

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

O gráfico III formulado para evidenciar as questões específicas sobre a inclusão escolar expõe que todas as classes possuem alunos com dificuldade e/ou transtornos de aprendizagem, contudo 16,67% dos professores não possuem curso relacionado a inclusão e 32,33% afirmaram que não se sentem preparados para trabalhar com a inclusão em sala de aula.

Gráfico 3 - Questões relacionados à inclusão na sala de aula

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Embora todos tenham alunos com dificuldade ou transtorno de aprendizagem, podemos ressaltar que os professores que estão em atuação a mais de vinte e cinco anos se sentem preparados para trabalhar com a inclusão em sala de aula, o que difere com os que estão trabalhando a apenas três anos, que marcaram que não se sentem preparados. O que não deixa de evidenciar que a formação proposta os deixaria a par de novos conhecimentos.

Todas responderam que utilizam de salas de AEE, com psicopedagogas formadas. As salas de AEE funcionam praticamente todos os dias, dando apoio aos alunos e cuidadores, possuem jogos, livros, brinquedos, cadeiras e mesas, quadro, e todos os materiais escolares.

Procuro esclarecer que o município de Sumé, juntamente com as escolas tem que procurar a real importância da inclusão, procurar parcerias com outros órgãos públicos, para fazer políticas públicas que envolvam todos, para assim mostrar a riqueza que existe em cada ser humano, valorizar as diferenças, promovendo uma transformação, tratando de um tema importantíssimo do cenário mundial, deixando nossa cultura cada vez mais rica de conhecimentos e conceitos, destruindo preconceitos, fazendo com que cada vez mais se assemelhem a todas as pessoas como seres humanos igualitários, pois a inclusão não significa homogeneizar, e sim dar igualdade a todos a partir das suas diferenças.

9. CONSIDERAÇÕES

O intuito desta pesquisa foi demonstrar o professor como formador de pessoas com múltiplos estereótipos, diversas visões humanizadas, como a realidade a qual estamos inseridos, mostrar que ninguém é mais, ou superior, que outro ser, você saber que a outra pessoa é apenas diferente de você, conscientizar a todos sobre suas limitações, e mostrar que todos somos seres incompletos, evidenciando que a pesquisa sobre o tema não é só importante e sim essencial.

Já no que diz respeito ao cenário educacional, verificamos que o conjunto de normas passou por grandes transformações, ou melhor, por necessárias evoluções. Nas leis decretadas para o melhoramento de uma educação mais inclusiva, nota-se que objetivam facilitar o acesso dessas pessoas a uma educação de qualidade e igualitária.

Com tanta diversidade nesse Brasil e no Mundo como podemos através das diferenças classificar determinada pessoa, como saber quem é, e o que é normal ou melhor em cada um, com tantos estereótipos deveríamos parar de nos adentrar em um só modelo tido como normal, pois, somos iguais nas diversidades.

Sobre o termo escola inclusiva, deixo a ressalva que comungo desse mesmo pensamento de que: A escola inclusiva tem um dos papéis na construção de um mundo mais inclusivo. A inclusão aqui pesquisada não requer uma escola com acesso para todos, o que queremos é tornar claro que a inclusão não será nunca você aceitar seu aluno, e sim o professor, o cuidador ou educador, juntos com o amparo da família conseguir aos poucos os avanços para a homogeneização da diversidade.

Entretanto, anseio para que surjam novos horizontes em que os professores e cuidadores reflitam sobre sua prática e suas funções para tornarem a escola cada dia mais inclusiva, e para que em seu dia a dia busquem combater a todo tipo de preconceito, lançando assim verdadeiras raízes da inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas** – São Paulo: Summus, 1998.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva** : v. 1 : *a fundamentação filosófica/ coordenação geral SEESP/MEC*; Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BOZZO, Fátima Eliana Frigatto. **Inclusão na escola**. *Universitari@* - Revista Científica do Unisalesiano – Lins – SP, ano 3, n.6, jan./jun./2012.

BRASIL, LDB. Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <www.planalto.com.br>. Acessado em 02 de fevereiro de 2019.

BRASIL, 2015. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. *Documento subsidiário*. (MEC) Acessado em 23/11/2018.

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192>

BRASIL. Lei Federal Nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm>. Acesso em: outubro 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. MEC/ SECADI.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2016.

CAMBI, F. **História da pedagogia**; tradução de Álvaro Lorencini – São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999 – (Encyclopaideia).

DINIZ, M.; VASCONCELOS, R. N (orgs.). Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores: gênero, sexualidade, raça educação espacial, educação indígena, educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Formato editorial, 2004. – (serie educador em formação).

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade** : *material de formação docente*. 3. ed. / edição do material Cynthia Duk. – Brasília : [MEC, SEESP], 2006.

FREIRE, M. **Educador, educa a dor**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MONTE, Francisca Roseneide Furtado do.; SANTOS, Idê Borges dos – coordenação geral. **Saberes e práticas da inclusão: introdução**. Reimpressão. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

PIANA, M. C. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-

038-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

PLESTCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

SADER, E. **Se é público, é para todos: defender as empresas públicas é defender o Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

SAMPAIO, Simaia.; FREITAS, Ivana Braga (orgs.). **Transtornos e dificuldades de aprendizagem: entendendo melhor ao alunos com necessidades educativas especiais**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

SAMPAIO, CT., and SAMPAIO, SMR. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0627-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SETUBAL, Joyce Marquezim.; FAYAN, Regiane Alves da Costa (orgs.). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Comentada**. Campinas: Fundação FEAC, 2016.

SKLIAR, C. A inclusão é “nossa” e a diferença é do “outro”. *In*: RODRIGUES, David (org.). São Paulo, 2009. p. 15.

LOPES, Maura Corcini.; HATTGE, Morgana Domênica (orgs.). **Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam** – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS – CCHE
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS – ESPANHOL
DISCENTE: HERLEN CAMPOS PORTO
MATRÍCULA: 101735219

Questionário

1. Nome: _____

2. Escola: _____

3. Tempo de atuação: _____

4. Ano que leciona:

1º ano 2º ano 3º ano 4º ano 5º ano

5. Nível de formação

Graduação Pós- graduação: _____

Outro: _____

6. Possui algum curso relacionado a inclusão?

Sim Não

7. Na sua sala de aula há alunos com alguma dificuldade ou transtorno de aprendizagem?

Sim Não

Em caso positivo, especifique: _____

8. Sente-se preparado para trabalhar com a inclusão em sala de aula?

Sim Não

9. A escola disponibiliza de algum tipo de apoio educacional especializado?

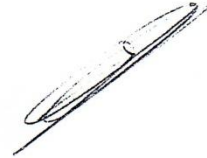
ANEXO- LEI MUNICIPAL DE SUMÉ 1.220/17

Lei nº 1.220/2017 5
ANEXO II (art. 1º, Parágrafo Único)
ATRIBUIÇÕES TÍPICAS
Cuidador Educacional

1. Desenvolver atividades dentro da escola com alunos portadores de necessidades especiais;
2. auxiliar alunos portadores de necessidades especiais;
3. permanecer com os alunos portadores de necessidades especiais dentro da sala de aula;
4. auxiliar os professores no desenvolvimento de atividades com alunos portadores de necessidades especiais;
5. acompanhar os alunos com necessidades especiais nas atividades recreativas;
6. ajudar os alunos com necessidades especiais a se alimentar;
7. zelar pelo material do aluno com necessidades especiais dentro da unidade escolar e acompanhá-lo que os pais ou responsável venha buscá-lo;
8. acompanhar e auxiliar a pessoa/aluno com deficiência severamente comprometida no desenvolvimento das atividades rotineiras, cuidando para que ela tenha suas necessidades básicas (fisiológicas e afetivas) satisfeitas, fazendo por ela somente as atividades que ela não consiga fazer de forma autônoma;
9. atuar como elo entre a pessoa cuidada, a família e a equipe da unidade escolar;
10. escutar, estar atento e ser solidário com a pessoa cuidada;
11. auxiliar nos cuidados e hábitos de higiene;
12. estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares;
13. auxiliar na locomoção;
14. realizar mudanças de posição para maior conforto da pessoa;
15. comunicar à direção da unidade escolar sobre quaisquer alterações de comportamento da pessoa cuidada que possam ser observadas;
16. acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas da pessoa com deficiência durante a permanência na escola;
17. auxiliar o educando nas atividades diárias da vida prática, cuidados com higiene, alimentação, organização e acompanhá-lo na locomoção pelas dependências da escola;
18. auxiliar o educando nas suas necessidades fisiológicas e, caso este possua autonomia para se higienizar sozinho, estar presente e supervisionar suas ações, garantindo que este esteja sempre limpo e asseado;
19. colocar em prática as orientações dos profissionais especializados;



20. garantir a segurança e participação do indivíduo no ambiente escolar, assegurando as adaptações e o atendimento às suas necessidades;
21. permanecer junto ao aluno durante a entrada e saída da escola, orientando e conduzindo-o ao seu grupo da turma;
22. facilitar a inclusão do aluno na sala de aula, acompanhando o trabalho cooperativo;
23. manter-se sempre junto ao aluno e ao professor na sala de aula, cumprindo dentro do possível, a rotina pedagógica - e auxiliando no cumprimento das tarefas escolares;
24. ler e escrever pelo aluno em caso de sua impossibilidade em fazê-lo por si mesmo;
25. cumprir os horários de chegada e saída estabelecidos pela unidade escolar e a direção superior da SEDUC;
26. manter conduta, dentro e fora da unidade escolar, compatível com o seu cargo;
27. atender as orientações do Professor e do Especialista em Educação referente a questões comportamentais, desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e educacional, auxiliando na superação das dificuldades apresentadas pelo educando;
28. desempenhar outras atividades afins ao cargo.





Prefeitura Municipal de Sumé – PB

Avenida 1º de Abril, s/nº - Centro – Sumé-PB – CEP: 58.540-000
 CNPJ (MF) nº. 08.874.935/0001-09 - (83) 3353 2274 – 3353 2292

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1.220, de 11 de maio de 2017.
 (Iniciativa do Poder Executivo)

Cria cargo de provimento efetivo no Plano de Cargos e Sistema de Carreiras dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Sumé.

O Prefeito do Município de Sumé

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, consolidado pela Lei nº 1.109, de 26 de setembro de 2013, e pela Lei nº 1.136, de 13 de junho de 2014, o cargo de provimento efetivo constante do ANEXO I a esta Lei.

Parágrafo Único. As atribuições típicas do cargo criados neste artigo são as constantes do ANEXO II, a esta Lei.

Art. 2º O titular do cargo de provimento efetivo criado pelo art. 1º, desta Lei, tem lotação fixada exclusivamente na Secretaria da Educação.

Parágrafo único. Os titulares do cargo a que se refere a cabeça deste artigo não podem ser cedidos a outros órgãos da Estrutura Administrativa da Prefeitura do Município de Sumé nem ter exercício fora das Unidades de Ensino que integram a Rede Oficial de Ensino da Estrutura Administrativa da Secretaria da Educação.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias de pessoal alocadas ao Orçamento do Município de Sumé para o corrente exercício financeiro.

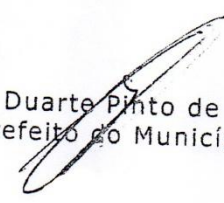


Prefeitura Municipal de Sumé – PB
Avenida 1º de Abril, s/nº - Centro - Sumé-PB - CEP: 58.540-000
CNPJ (MF) nº. 08.874.935/0001-09 - (83) 3353 2274 – 3353 2292

GABINETE DO PREFEITO

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Sumé (PB), em 11 de maio de 2017.


Éden Duarte Pinto de Sousa
Prefeito do Município

LEI Nº 1.220/2017
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SUMÉ
 PLANO DE CARGOS E SISTEMA DE CARREIRAS DOS SERVIDORES
 PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SUMÉ
 QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL
 Cargos de Provisão Efetivo
 GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
 CÓDIGO: SAD-200

ANEXO I

Nomenclatura

Cuidador Educacional

| Cargo | CÓDIGO/SÍMBOLO/ CLASSE | Escolaridade e demais requisitos exigidos para ingresso | Número de cargos | Padrões de Vencimento (R\$) | LINHAS NATURAIS DE PROGRESSÃO VERTICAL |
|------------------------|---------------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------|-----------------------------------|----------------------------------------------|
| Cuidador Educatonal | SAD-209.1 | Curso de Nível Médio Completo | 16 | 1.012,64 | Progressão à Classe SAD-209.2 |
| | SAD-209.2 | | 6 | 1.063,27 | Progressão à Classe SAD-209.3 |
| | SAD-209.3 | | 5 | 1.116,44 | Progressão à Classe SAD-209.4 |
| | SAD-209.4 | | 4 | 1.172,26 | Progressão à Classe SAD-209.5 |
| | SAD-209.5 | | 1 | 1.230,87 | |